

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA***Gabinete da Procuradora-Geral de Justiça***PORTARIA PGJ/PI Nº 5900/2025**

A PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, CLÁUDIA PESSOA MARQUES DA ROCHA SEABRA, no uso de suas atribuições legais e CONSIDERANDO o art. 104, II da lei 14.133/2021 e o Ato PGJ 462/2013;

CONSIDERANDO o disposto no Procedimento de Gestão Administrativa – PGEA/SEI nº 19.21.0016.0041461/2025-64,

R E S O L V E

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para desempenharem as funções de acompanhamento e fiscalização do contrato nº **102/2025 FMMPPPI**, firmado entre o Fundo de Modernização do Ministério Público do Estado do Piauí, CNPJ: 10.551.559/0001-63 e a empresa ÁGUA NET CONSULTORIA ESTRATÉGICA LTDA, CNPJ: 05.585.355/0001-03, conforme descrição no quadro abaixo:

Nome Fiscal	Matrícula	Setor requisitante	Objeto e Quantidade	Valor do Contrato	Vigência(detalhar o período)
Breno Reis do Nascimento Marcos Maciel Martins Brito Ítalo Garcia Araújo Nogueira	303 425 15807	CTI	Prestação de serviços técnicos especializados em desenvolvimento, sustentação, manutenção e evolução de sistemas, estruturados sob o modelo de Unidade de Serviço Técnico (UST), no formato de Fábrica de Software	R\$ 2.113.082,60 (dois milhões, cento e treze mil, oitenta e dois reais e sessenta centavos)	27/11/2025 a 27/11/2027

Art. 2º Os servidores designados para exercer a fiscalização e acompanhamento do aludido contrato devem adotar todos os procedimentos necessários ao desempenho de suas atividades, observando em especial a lei 14.133/2021, o decreto 21.872/2023 e o Ato PGJ 462/2013.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Teresina (PI), 01 de dezembro de 2025.

CLÁUDIA PESSOA MARQUES DA ROCHA SEABRA

Procuradora-Geral de Justiça



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA PESSOA MARQUES DA ROCHA SEABRA**, **Procuradora-Geral de Justiça**, em 01/12/2025, às 13:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mppi.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1212948** e o código CRC **E8DB43D4**.
